

Emigração e Desenvolvimento: duas faces da questão social¹

Vini Rabassa da Silva²

Paulo Peixoto Albuquerque³

Nadia-Lúcia Fuhrmann⁴

Neiva Afonso Oliveira⁵

Mara Rosange Acosta de Medeiros⁶

Resumo: O presente artigo analisa a migração no Brasil, como uma das manifestações da questão social na sociedade brasileira. Destaca a inversão do processo migratório no Brasil, nas últimas décadas, responsável pelo crescente número de emigrantes em busca do desenvolvimento humano em outros países.

Palavras-chave: migração; emigração; desenvolvimento; globalização; questão social.

¹ Este artigo é resultado de estudos desenvolvidos por pesquisadores do projeto “Emigrações no Sul do Brasil: a invisibilidade das necessidades humanas” o qual integra uma rede de pesquisa financiada pela Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC) juntamente com a Fundación Universitaria Luiz Amigo (Medellín, Colômbia), Pontifícia Universidad Católica del Peru (Lima, Perú), Universidad Rafael Landivar (Ciudad de Guatemala, Guatemala) e Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil).

² Doutora em Serviço Social, diretora da Escola de Serviço Social da UCPel e Coordenadora do Projeto.

³ Doutor em Sociologia, docente e pesquisador da Escola de Serviço Social da UCPel.

⁴ Doutora em Serviço Social, docente e pesquisadora da Escola de Serviço Social da UCPel.

⁵ Doutora em Filosofia, docente e pesquisadora da Escola de Serviço Social da UCPel

⁶ Doutoranda em Serviço Social pela PUCRS, docente e pesquisadora da Escola de Serviço Social da UCPel.

1. Migrações: elementos introdutórios

Os estudos sobre migração atravessam várias áreas do conhecimento, envolvendo na maioria das vezes questões referentes à raça, gênero, a crítica à modernidade, às dicotomias, às hegemonias e às homogeneidades das classes sociais.

Entretanto, os estudos sobre migração ganham abrangência significativa quando não se limitam a análises específicas, que muitas vezes, reduzem a problemática ao foco do racismo e intolerância aos estrangeiros, possibilitando refletir sobre os nexos entre globalização, questão social, ética, direitos humanos, migrações internacionais e desenvolvimento.

A globalização, por um lado, permite uma integração maior entre países e povos do mundo inteiro, em decorrência da redução dos custos de transporte, da facilidade de comunicação virtual, permitindo, também, a derrubada de barreiras comerciais, garantindo com isso o fluxo dos produtos, de serviços e de capital. No entanto, por outro lado, “vem acompanhada de um crescimento sensível das desigualdades entre países, e dentro deles {...} pode traduzir-se em aumento de sofrimentos para grandes faixas de suas populações” (EUZÉBY, 2004, p. 25).

Nesse sentido, os movimentos migratórios têm a ver com as transformações do capital em escala global, e a internacionalização do receituário neoliberal concorre tanto para a mobilidade do capital quanto para a mobilidade das pessoas.

Podemos afirmar que a globalização da economia gera o desenvolvimento de diversas formas de movimentação nas pessoas, que em busca de trabalho nem sempre se dão conta da ambigüidade deste processo: que tem na saída individual o efeito de um fenômeno mais amplo que é o “aprofundamento do desemprego estrutural, da rápida destruição e reconstrução de habilidades, da perda salarial e do retrocesso da luta sindical” (BEHRING, 2003, p.35).

A história indica que as migrações não têm um comportamento linear, variando segundo conjunturas políticas e econômicas. Contudo, os analistas modernos apontam mais para

a intensificação dos fluxos, quer pelas mudanças no mundo do trabalho, quer pela maior circulação do capital e aumento das desigualdades sociais; e, entre nações, tornando relativo o alcance das medidas restritivas, como as de controle de fronteiras⁷.

Falar de emigração necessariamente nos remete a pensar de forma explícita o “revés de um tipo de desenvolvimento ao mesmo tempo em que aponta para a exclusão social como subproduto de um processo econômico, que pode ter outras denominações, mas que não é exclusividade dos países periféricos, como os nossos da América Latina. Destarte, trata-se na verdade de um fenômeno que desde algum tempo ocorre também em países ricos.

“Novos pobres”⁸, “quarto mundo”, algo que parecia residual de um processo de desenvolvimento do pós-guerra passou a ser algo mais estrutural, na medida em que o fenômeno do desemprego, o principal gerador de exclusão, se revelou em grande parte um subproduto do próprio desenvolvimento científico tecnológico.

A crise dos modelos econômicos e o esgotamento do modelo de integração social na sociedade moderna através da precarização do trabalho resultam, atualmente, em uma nova experiência vivenciada pelas famílias que vêm filhos e/ou pais na empreitada de deixarem seus lares em busca de melhores condições de vida, em lugares distantes.

⁷ Eric Hobsbawm (1995, p. 21), em *A Era dos Extremos*, aponta alguns aspectos que fazem do século XX o mais breve século da história da humanidade, devido as grandes mudanças ocorridas neste período. Neste século, afirma o autor houve revolução nos transportes e nas comunicações o que eliminou as distâncias e reduziu o tempo, permitindo maior acesso de comunicação entre pessoas e continentes.

⁸ Em verdade, a palavra “pobres” é enganadora, pois reúne sobre uma única categoria múltiplos níveis de compreensão, cuja gênese, lógica e entendimento podem ser completamente diferentes, mesmo quando se fala em desenvolvimento ou economia.

O problema não está só na fratura da família, que se divide temporariamente, marcada tanto na área de saída quanto na área de chegada pela figura do ausente. A presença humana que se constitui em referência desses migrantes é quase sempre o ausente, o que se foi ou o que ainda não chegou. E, ainda, quem parte é um, quem volta é outro.

Da mesma forma, a dinâmica das migrações internas se apóia nos mesmos fatores das imigrações: desemprego, subemprego, falta de oportunidades de trabalho, excedentes populacionais crescentes, pobreza crescente associada à competição pelas oportunidades de emprego cada vez mais raras, dificuldades para compatibilizar trabalho e nível de vida. Isto é, tanto uma como a outra resultam em última instância da questão social, entendida como “a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos da eficácia da economia (CASTEL, 1988, p.158).

A diferença atual com relação às migrações passadas está no fato das atuais se caracterizarem por processos migratórios que desagregam sem transformar; dessocializam, mas não ressocializam, não preparam nem reeducam para uma sociabilidade mais rica e humanizadora. Deixam aberto o espaço para formas precárias e socialmente problemáticas de ajustamento recíproco das pessoas, na socialização espontânea dos ambientes degradados. Vão definindo uma sociabilidade não só pela miséria material, mas também pela miséria moral. São migrantes que escampam dos mecanismos de controle social, seja da comunidade ou dos parentes, na suposta liberdade do ir e vir.

Aparentemente, não só no Brasil, mas também em outros países da América Latina e também em países da Ásia e da África, e até na Europa, são muitos os que migram temporariamente para ganhar dinheiro, para refazer ou ampliar o orçamento doméstico, de reprodução das relações sociais da

família e de reconstituição de um modo de vida. Esse, porém, não é o aspecto principal das migrações.

O principal aspecto está no fato de que migram quase sempre dispostos a aceitar condições degradantes de trabalho, humilhações e más condições de vida; de que migram temporariamente dispostos a abrir mão de concepções mínimas e básicas de decoro, dignidade e direitos. Ao fazê-lo, assumem outros modos de vida, outra mentalidade, outros gostos, outras vontades, não raro outra visão de mundo, outra moral, outra religião. A escala de valores de referência fica alterada, até profundamente, na recusa parcial ou total do modo de vida da sociedade de origem.

São migrantes, portanto, os que colocam temporariamente entre parênteses o sentido de pertencimento e voluntariamente se sujeitam a situações de supressão de normas e valores sociais de referência. Se antes havia a clássica divisão entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados, hoje estamos vivendo o aparecimento de uma nova ruptura, aquela que opõem incluídos e excluídos, emigrantes de outras nacionalidades ou outras regiões com grupos de indivíduos locais cujo sentido de “pertinência” se caracteriza por indicadores de domínio público, mas não criticamente analisados⁹.

Se a dignidade da pessoa humana e da própria sociedade não pode ser reduzida a condições mínimas então o que se busca com a mudança (a emigração) é uma vida digna, o bem estar, a convivência humana e social em harmonia com a natureza. Esta mudança é possível desde que nossas sociedades estejam abertas para o diferente, para o outro, que permitam a cooperação e o compartilhar das conquistas tecnológicas, econômicas, políticas realizadas pela humanidade e disponíveis nesse começo de milênio.

⁹ A crise econômica atual não ameaça somente os direitos sociais, mas todos os direitos, inclusive aqueles reconhecidamente legais, porque o aumento da pobreza transforma leis em letra morta, fazendo calar a razão crítica.

As situações de des-coesão social sempre têm repercussões desestruturadoras no grupo de referência e de origem. Valores sociais e éticos são reformulados; uma certa rejeição cultural ocorre, uma certa incapacidade de reconhecer-se no modo de ser que ainda é o dos que ficaram; novos e discrepantes valores são incorporados à vida de todo dia. No fim, famílias se desorganizam, filhos são abandonados. O mundo da ordem vai cedendo lugar a um mundo de desordem, incerteza e insegurança.

Nesse sentido é necessário pensar como migrante não apenas quem migra, mas o conjunto da unidade social de referência do migrante que se desloca. Mesmo que uma parte da família fique no lugar de origem e apenas outra parte se desloque para o lugar de destino. No entanto, todos padecem as conseqüências da migração, embora não sejam estatisticamente considerados como migrantes. Todos vivem cotidianamente os sonhos do reencontro. Vivem todos os dias a espera do ausente. Muitas vezes a migração é migração familiar. Nesse sentido, mesmo filhos que nascem no local de destino e que, legalmente não são migrantes, também são vítimas da migração e vivem plenamente o modo de vida transitório da migração, embora nas estatísticas não apareçam como migrantes. É possível que estejamos em face de uma nova categoria de população: o das vítimas da migração patologicamente assimiladas pelas sociedades de destino.

2. A inversão do processo migratório no Brasil

Na atualidade, o enfoque predominante dado às migrações tem sido sobre a dimensão da política e da economia. No entanto, percebe-se a premência de analisar o fenômeno das migrações a partir de múltiplos olhares, pois, historicamente, diferentes argumentações geopolíticas, étnico-culturais e econômico-laborais têm oferecido também significativos subsídios para a compreensão das políticas migratórias

internacionais. A necessidade do migrante percebida pelas nações (tanto daqueles países de onde saem às pessoas, quanto dos que as recebem), nem sempre é considerada como um acontecimento que acompanha a história do ser humano e, hoje, se apresenta como uma questão que traz profundas preocupações ao âmbito de proteção dos direitos humanos.

As migrações podem ser pensadas a partir de um duplo movimento, no qual se evidenciam duas situações: a primeira diz respeito ao espírito aventureiro do ser humano, e a segunda está ligada à esperança de uma melhoria do nível de vida das pessoas. Convém salientar que apesar dessas duas situações apresentarem semelhanças em seus conceitos, há diferenças de fundo.

O caráter puramente aventureiro, e, por isso, aparentemente descompromissado com os resultados da migração, observada na primeira situação, esconde processos bem mais amplos de exclusão social, ao passo que, a segunda caracteriza-se por apresentar a exclusão social nos seus aspectos mais perversos de descompromisso com o outro, com a alteridade.

A brusca ruptura ocasionada pela migração independente do nível social, cultural, político ou econômico, de quem emigra, é muitas vezes destruidora da auto-estima do migrante, e traz à tona um fator de des-coesão social, ou de desmonte de um direito: o de permanecer no lugar onde vive, e ali desenvolver suas relações econômico-sociais, sem necessidade de se locomover para outros espaços em busca de condições mínimas de sobrevivência.

Portanto, é um direito dos cidadãos ter assegurado, em suas regiões de origem, o acesso aos direitos sociais que lhes permitam o alcance de um patamar de vida digno.

O migrante não pode sozinho dar sentido à própria trajetória; ela tem a ver com uma série de situações e de aspectos variáveis que dependem da sociedade de acolhida, das pessoas que encontra, das situações de trabalho, do ambiente cultural, familiar, social, institucional que deixou, e da provisoriidade do seu presente, que lhe impõem, às vezes de forma demais

violenta, mudanças no projeto migratório. Um filho ou uma doença, por exemplo, podem perturbar a sua vida e deformar a trajetória do migrante.

O migrante é um ator cuja cultura se apresenta em modo personalizado, dividido em três momentos: o primeiro é representado pela memória, pelas suas origens, pela sua tradição; o segundo momento é o presente, a consciência da situação que está vivendo; o terceiro é o projeto que leva consigo, pelo qual emigrou e que o obriga a enfrentar condições de vida e de trabalho nem sempre dignas.

As atuais migrações – sobretudo lá onde existem concentrações territoriais de população imigrada – são marcadas pela pluriculturalidade e pela plurinacionalidade, fortemente caracterizadas pela hierarquização ou estratificação social e jurídica, onde o diferente se combina e se confunde em áreas desprovidas de condições básicas de habitação e sem nenhuma assistência, principalmente, na área da saúde.

São os migrantes que estão fora do sistema econômico e social prevalecente, sem acesso ao mercado de trabalho formal e sem perspectivas de engajamento e que, cada vez mais, vão ficando fora das modalidades de proteção social.

O Brasil possui, conforme dados do IPEA de 2003, um território de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, com 5.560 municípios e uma população de 176.876.443 habitantes, com um percentual de 82% da população urbana, atingindo o número de 8.005.059 desempregados.

Estes dados nos permitem afirmar que o Brasil é extenso territorialmente e rico em diversidade natural, cultural e social, assim, a situação de indigência e de pobreza não é decorrente da falta de recursos, mas sim da forma desigual como estes são distribuídos, gerando um contingente de pobres e indigentes, como pode ser visto no quadro a seguir.

BRASIL – CONCENTRAÇÃO DE POBRES E INDIGENTES

Pobres	Indigentes
53,9 milhões (31,7% da população)	21,9 milhões (12,9 % da população)

FONTE: IPEA a partir do PNAUD 2003. É considerado pobre aquele que possui renda per capita de até meio salário mínimo e indigente aquele que possui renda per capita de até um quarto do salário mínimo.

Desta forma, podemos perceber que no Brasil, as últimas décadas vêm conformando uma sociedade na qual se ampliam as desigualdades sociais, através da má distribuição de renda e do crescimento do desemprego, fazendo crescer, também, o grau de informalidade no mercado de trabalho, aumentando a proporção dos trabalhadores sem registro em carteira, conseqüentemente sem acesso a direitos trabalhistas.

O governo de Luis Inácio Lula da Silva, vem agravando ainda mais a crise social e econômica ao aumentar as taxas de superávit primário, pois sem recursos para implementar políticas públicas que alterem os mecanismos concentradores de renda e de riqueza tem dificuldade, até mesmo, de implementar políticas compensatórias, que poderiam criar mecanismos para evitar situações de vulnerabilidade, desproteção e insegurança que estão na origem dos processos emigratórios.

O que se tem é uma não-política, inclusive social, com a transferência de ações – focalizadas - para o “terceiro setor”, processo que caminha ao lado do crescimento da pobreza. Esta não-política é acompanhada da mobilização do voluntariado, de um lado, e de uma espécie de clientelismo modernizado, na relação entre o Estado e organizações da sociedade civil, que também constitui espaço de construção de adesão e cooptação (BEHRING, 2003, p.73).

Sendo assim, ao se pensar o fenômeno da emigração é preciso ter presente que o Brasil nunca fugiu às tendências gerais impostas pelo capitalismo, bem como às lógicas ditadas pela

ordem internacional. Por isso, até fins dos anos 1940, o saldo migratório internacional no Brasil era considerado positivo¹⁰, no sentido de que as correntes migratórias oriundas de outros países superavam aquelas constituídas por brasileiros que tinham a intenção de fixar residência no exterior.

Desta forma, ao analisar os processos migratórios deve-se levar em consideração a estratégia adotada pelos indivíduos, mas não se deve perder de vista o lugar ocupado pelo Brasil no jogo de forças da trama internacional. Isto tanto em relação a uma “história vista de cima” – onde se situam os discursos ideológicos –, quanto em relação a uma “história vista de baixo”, onde se coloca como referência principal a concorrência no mercado de trabalho.

Por isso, ao contrário do que se pensa o Brasil não se caracteriza mais como um país de imigração, mas como país de emigração, mesmo porque o sentimento recorrente deste fenômeno se apresenta como mecanismo de defesa frente à indiferença coletiva ou a des-responsabilização do Estado com a questão social.

Os últimos 30 anos representam um tempo de profundas mudanças: a quantidade delas, a profundidade e alcance, bem como a velocidade, sacudiram o final do século XX e início do século XXI. Poucos estudiosos e cientistas ousaram prever a magnitude e a abrangência de um período histórico tão acelerado. Abaixo, algumas considerações sobre os principais aspectos que mudaram a face do final de século XX.

1^a) Do ponto de vista econômico, a globalização avança de forma avassaladora. Após os anos de ouro da economia capitalista, a crise dos anos 1970 reduz sensivelmente a rentabilidade dos empreendimentos. Para reconquistar um patamar razoável de acumulação, o capital começa então uma verdadeira guerra em

¹⁰ Desde o descobrimento, o Brasil caracteriza-se por ser um País receptor de estrangeiros, fossem eles os colonizadores, os religiosos catequistas, os invasores, os escravos, a mão de obra importada para os grandes latifúndios após a libertação dos escravos, os refugiados de guerra, entre outros grupos.

duas direções: uma pela conquista e controle de novos mercados e novas matérias-primas, outra contra os direitos trabalhistas adquiridos ao longo do século XX e nos séculos precedentes. No primeiro caso, consolidam-se os principais blocos comerciais – europeu, asiático e norte-americano – este último avançando para criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); assiste-se a uma grande onda de privatizações em todo o mundo; e formam-se os enormes conglomerados econômicos, através de fusões, incorporações e outras formas de concentração de riqueza e poder. Numa frase - o ideário neoliberal se fortalece na implementação do mercado global. Quanto à relação entre capital e trabalho, expressões como flexibilização das leis trabalhistas e terceirização ganham amplo espaço, refletindo as novas transformações no mundo do trabalho e, este, desvincula-se do emprego estável. Nos países em desenvolvimento, especialmente os do Terceiro Mundo, cresce a economia informal. O desemprego, subemprego e deslocamento de trabalhadores encaixam-se neste cenário de novas relações entre capital e trabalho. Em ambos os casos verifica-se uma investida do capital para recuperar suas margens de lucros, seja reduzindo o preço das matérias-primas e ampliando o campo das vendas, seja aprofundando a super-exploração da mão-de-obra ocupada, isentando-se, ao mesmo tempo, dos encargos sociais e da segurança previdenciária.

2ª) Em termos tecnológicos, as inovações em áreas como as das tele-comunicações, a informática e a robótica, a micro-eletrônica, a biotecnologia, ou ainda a engenharia genética, constituem uma revolução sem precedentes. O mundo se estreita e torna-se uma aldeia global, mas, ao mesmo tempo, se aproxima e se afasta. A tecnologia praticamente aboliu o tempo e o espaço, os horizontes se abrem em âmbito planetário. A simultaneidade entre o fato e a notícia tem conseqüências imprevisíveis para o comportamento das pessoas e para os novos desdobramentos históricos.

3ª) As mudanças no campo da política remetem-nos ao conceito de império, elaborado por Hardt e Negri,(2001). Os autores chamam a atenção para o fato de que as gigantescas corporações

internacionais e a política cada vez mais agressiva dos países centrais, capitaneadas pelos Estados Unidos estão recolonizando todo o planeta. Não o colonialismo de tempos passados, mas um novo sistema-mundo, articulado em rede, e comandado por alguns núcleos que controlam o poder e a renda. Os interesses econômicos se sobrepõem às decisões políticas, deixando de lado qualquer imperativo de ordem ética.

4ª) Na perspectiva filosófico-cultural, atravessamos hoje uma profunda crise de valores. Não é uma época de crise, e sim uma crise de época, ou, se quisermos, uma crise paradigmática, civilizacional. Os debates entre pós-modernidade e conseqüências da modernidade (GIDDENS, 1991) são reflexos deste período de dolorosa transição. Crise e transição fecundas, sem dúvida, mas tanto mais obscuras quanto imprevisíveis são seus desdobramentos futuros. O fato é que os chamados tempos modernos há muito vêm sendo questionados e a crítica a seus valores ganhou terreno durante todo o século XX, aprofundado-se em seu último quartel¹¹.

Conceitos como razão, ciência, tecnologia, progresso e democracia sofreram um tremendo desgaste no decorrer de um século que passou por duas conflagrações mundiais, dezenas de guerras entre as nações e centenas de conflitos armados nas mais diferentes regiões. Deste desmanche social é que nascem os medos, as angústias, as dúvidas e novos comportamentos que concorrem para que as pessoas busquem em outros lugares aquilo que não encontram no seu país, na sua comunidade, no seu grupo e forcem deslocamentos humanos nas mais variadas direções.

3. Emigração como busca do desenvolvimento humano

A globalização e a reestruturação, conforme pontuado anteriormente, vêm causando impacto sobre a indústria e a

¹¹ Ver: Habermas (2000); Santos Boaventura (2000); Touraine (1996); Castel (2000); Castells (1999), entre outros.

economia brasileira, apesar de seu caráter periférico do capitalismo.

O impacto é maior na medida em que os processos de internacionalização da economia e os processos de reestruturação produtiva se concretizam nos setores dinâmicos da economia.

Problemas tais como a crise cambial, desequilíbrio da balança de pagamentos, déficit fiscal e inflação parecem ser os elementos fundantes para a aceitação inquestionável do receituário neoliberal no país. Desta forma, aos efeitos concretos da questão social soma-se a desesperança na possibilidade de uma transformação. E a conjugação destes fatores leva muitos brasileiros a buscarem desenvolvimento humano em outro país.

3.1 Os motivos estruturais (macro)

O território ou espaço social que compreende o Mercosul caracteriza-se pela complexidade, direções contraditórias de evolução e uma alta dose de incerteza; trata-se de uma realidade multifacetada na qual é difícil dizer em que sentido evoluirão as lógicas e os comportamentos tradicionais. Em recente declaração no encerramento da 28ª Reunião de Cúpula do Mercosul, em Assunção, no Paraguai, o Presidente do Brasil reconheceu que:

há um mal-estar entre os países membros do Mercosul em relação a integração. Não podemos negar que temos enfrentado dificuldades nesta caminhada. Não há como esconder a existência de um certo mal-estar. Nosso esforço não se tem traduzido em benefícios reais, principalmente para os países menores (Zero Hora, 2005, p. 7).

O pensamento político e econômico tradicional sempre trabalhou com múltiplos problemas da vida das pessoas e comunidades, pretendendo capturá-los e resolvê-los, a partir de

âmbitos de referência, baseados em grupos de variáveis econômicas.

É importante destacar que as questões relativas à desigualdade, injustiça social, exclusão e marginalização na América Latina sempre foram pauta das agências de desenvolvimento.

Porém, tanto as agendas de governo como das agências de desenvolvimento multilaterais, ultimamente estão sendo pautadas pela proposta do Consenso de Washington que definiu que os marcos do desenvolvimento devem ser baseados nas premissas de liberalização, estabilização e privatização da economia dos países latino americanos.

Em outras palavras, o desenvolvimento proposto desconsidera que a América Latina é um território marcado por severas contradições e que apenas o crescimento econômico das economias nacionais muito pouco poderá fazer para dar conta das agudas tensões sociais.

Os problemas que afetam a América Latina possuem raízes profundas internas e externas e este cenário não se modificou com a criação de novas condições de trabalho a partir da modernização tecnológica.

É verdade, a tecnologia multiplicou a capacidade de dominar a natureza na grande maioria dos países, transformou a vida cotidiana de amplos setores, mas de modo algum conseguiu resgatar a dignidade de grande parte dos habitantes da região afetados por agudas carências.

No entanto, as propostas de recorte economicista continuam sendo aplicadas; atualmente, argumentar que o crescimento econômico sozinho resolverá os problemas da pobreza é desconsiderar a transcendência do peso da desigualdade, desvalorizar a função das políticas sociais, desqualificar a ação do Estado e subestimar a participação social.

Algo se esgotou na América Latina: foram as propostas técnico-racionalistas que naturalizam a pobreza e justificam os meios em detrimento dos fins. O intenso processo migratório indica um duplo movimento, por um lado à existência de uma

lógica social dominante que apresenta a saída individual como alternativa para fazer frente ao desemprego e a exclusão social, e de outro um processo de des-coesão social, no qual os laços sociais e os vínculos familiares e sociais se quebram em função da acelerada desresponsabilização coletiva com o outro. Lógica social que tem no avesso da migração a indiferença frente ao destino do outro, a falta de responsabilidade coletiva, o desinteresse pelo bem-estar geral, a busca do enriquecimento pessoal, o consumismo.

Des-coesão social tem a ver com a restrição das oportunidades reais dos seres humanos de desenvolver suas próprias potencialidades, de viver o seu cotidiano com qualidade de vida. Sen (2000) assinala que o ser humano não é só um meio do desenvolvimento e sim sua finalidade última e que a ampliação da capacidade da população para realizar atividades escolhidas livremente e valorizadas precisa ser o critério delimitador que faz a diferença entre os meios e os fins. Nessa linha de pensamento, a economia sozinha não pode explicar integralmente a enorme variabilidade entre escolhas de políticas econômicas e a vida das pessoas.

Entretanto, na América Latina a leitura hegemônica da realidade é que o desenvolvimento social só é possível se primeiro ocorrer o crescimento econômico com o livre trânsito de capitais¹²; apenas quando as economias nacionais promoverem taxas significativas de crescimento econômico e saírem da crise em que estão envolvidas poderão criar mecanismos de integração e regate dos excluídos.

Parece-nos que a crise do desenvolvimento ou os limites das propostas econômicas convencionais¹³ têm nas migrações um

¹² O neoliberalismo passou a ditar as diretrizes políticas para os países em desenvolvimento, evidenciando a privatização acelerada, políticas fiscais e monetárias apregoadas pelo FMI, Banco Mundial e pela OMC, sem nenhuma preocupação com as conseqüências sobre as população desses países.

¹³ De acordo com Stiglitz (2002), as políticas de reajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) resultaram em miséria e crises sociais em muitos lugares, e mesmo quando os resultados não foram catastróficos,

de seus fatores mais evidentes: o do “individualismo negativo”. Isso sinaliza que os países em desenvolvimento não têm capacidade interna para dar conta ou fazer frente aos problemas sociais, ou seja, não possuem planos de longo prazo para conseguir maior equidade e justiça social, ou seja, trabalho estável, família constituída, grupo religioso e de vizinhança homogêneos.

As migrações traduzem a esterilização concreta do capital social e da cultura dos países de origem. As pessoas, as famílias, os grupos se constituem em capital social e cultura por essência. Se isso for ignorado, importantes fatores para o desenvolvimento humano serão ignorados. Se, pelo contrário, se reconhecer, explorar, valorizar e potencializar sua contribuição isso pode ser relevante para construir circuitos virtuosos de cidadania e coesão social.

A categoria capital social¹⁴ é o grau de confiança existente entre os atores sociais de uma sociedade, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associativismo que a caracteriza; estes elementos são sinalizadores da riqueza e fortaleza do tecido social interno de uma sociedade.

Coleman (1990) destaca que o capital social tem a ver com o grau de integração social de um indivíduo, sua rede de contatos sociais, implicando em relações, expectativas de reciprocidade, comportamentos confiáveis.

Elementos que ao melhorar a efetividade da vida privada, também se tornam um bem coletivo, como por exemplo, retração da violência nos bairros, produção da ordem pública etc.

mesmo quando conseguiram gerar com dificuldade algum crescimento durante determinado período, quem desfrutou desses benefícios foi, em geral, os que se encontravam em melhores condições de vida, enquanto aqueles que viviam à margem tiveram de enfrentar um estado de miséria maior.

¹⁴ Entendemos, também, por Capital Social as relações de solidariedade e de confiança existentes entre os grupos, e que se expressa, principalmente, na reciprocidade – o querer viver junto – fato esse que implica em relações de extensa duração, ser reconhecido, estar em participação ativa e em engajamento responsável com as pessoas que têm objetivos coletivos.

Newton (1997) aponta para outros elementos, ele chama a atenção para o fato de que o capital social pode ser visto como um fenômeno subjetivo, composto de valores atitudes que influenciam como a forma como as pessoas se relacionam entre si. O capital social inclui confiança, normas de reciprocidade, atitudes e valores que auxiliam as pessoas a transcender relações conflituosas e competitivas para construir relações de cooperação e ajuda mútua.

Se capital social é coesão social, então tem a ver com as formas de expressão cultural e comportamentos sociais que fazem um grupo ser mais coeso, porque gera redes de confiança e estimula a solidariedade e a reciprocidade.

As migrações evidenciam um duplo movimento: de um lado explicitam a des-coesão social em um dado país ou região (seu aspecto negativo) e de outro (positivo) apontam para dinâmicas familiares específicas, nas quais os laços com a comunidade e o vínculo, que são reconstruídos nas regiões ou países de destino, propiciam um processo amplo de inclusão que implica no reconhecimento e na aceitação do diferente, do “outro”.

E, nesse sentido, a cultura “do outro” é importante de ser destacada, pois é o elemento que subjaz aos componentes do capital social, visto que a confiança, o comportamento cívico e a cooperação, passa a ser o resultado de um modo de viver junto, de pensar e de comunicar. Se a cultura incide no modo de ser das pessoas, o estilo de vida passa a ser importante porque, em última análise, vai definir a identidade das pessoas e dos grupos sociais.

O capital social e cultural do país destinatário pode ser fator decisivo para o desenvolvimento, porque os migrantes, mesmo sendo grupos desfavorecidos, fazem parte de uma comunidade que está intimamente ligada a um espaço político-territorial circunscrito, composto de pessoas que constroem a vida no seu cotidiano.

O possível desrespeito ou marginalização que o migrante sofre no país de destino pode se tornar negativo à sua identidade

e bloquear as suas potencialidades. No entanto, o anverso poderá ser a afirmação de potenciais e de energia criativa que abre espaço para o desenvolvimento das pessoas em diferentes lugares (no país de origem e no país destinatário). E nesse sentido, capital social, cultura e ética podem ser as alavancas do desenvolvimento, na medida em que se refletem sobre os ordenamentos jurídicos e processos econômicos.

Assim, a busca de reconhecimento efetivo dos direitos humanos como pressuposto do desenvolvimento humano é o que impulsiona grande parte do processo migratório na sociedade brasileira, entendendo direitos humanos menos como uma expressão das liberdades clássicas, muitas vezes apregoadas e defendidas pelo poder hegemônico como procedimento legitimante de seu próprio status, mas como uma expressão dos direitos econômicos, sociais e culturais que se reportem às necessidades humanas mais prementes e que se volte para a plena consecução da solidariedade e da dignidade dos homens. Em relação a essa afirmação, Sen (2000), diz que “com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos, sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento”.

3.2 Os motivos individuais (micro)

As narrativas que seguem são recortes feitos a partir de uma reportagem da Rede Globo de Televisão sobre o processo de imigração de brasileiros, veiculada no mês de junho de 2005, cujo caráter é muito mais jornalístico do que explicativo de uma lógica social na qual o processo migratório confirma propósitos de mudança.

Elas estão destacadas aqui, porque entendemos que estas narrativas permitem compreender os elementos pelos quais os indivíduos imigrantes brasileiros confirmam a si mesmos e aos outros um conjunto de significados que os levam a sair ou voltar ao Brasil.

Há sempre no imigrante um sentimento que não pode ser esquecido. O que ele, individualmente, procura e, com ele, sua família¹⁵ é uma melhoria de sua condição social, um novo ambiente de bem-estar, que lhe proporcione melhor situação que a experimentada no país de origem. As narrativas abaixo são de brasileiros que tentam uma vida melhor nos Estados Unidos ou na Europa e também de profissionais que se debruçam na problemática das migrações.

Narrativa 1:

"Você tem que “correr” da fome, do frio, do calor das tempestades, da polícia mexicana, da polícia americana, dos coiotes, dos assaltantes, de outros grupos. Sua água e sua comida acabam e você perde a direção de onde está. Encontra pessoas caídas pelo deserto e às vezes tem que fazer massagem cardíaca. Tudo de uma vez só. Quando você começa, acha que é um pesadelo, que aquilo não está acontecendo", diz o pedreiro e funcionário público Delzo Garcia.

Comentário do repórter: o pesadelo de Delzo começou bem perto de casa. Ele caiu na rede de uma das muitas quadrilhas que em Governador Valadares, Minas Gerais, prometem um caminho fácil para chegar aos Estados Unidos sem visto de entrada. Mas, como milhares de brasileiros, descobriram que, mesmo pagando caro, não há garantia de ajuda dos coiotes – os homens que levam grupos de imigrantes na travessia ilegal da fronteira.

¹⁵ O núcleo familiar é uma instituição criada pelo homem e que dialeticamente assume variadas formas em situações e tempos diferentes. A família possui necessidades materiais que garantem sua reprodução biológica, assim como a reprodução social ligada a um projeto social no qual o núcleo familiar encontra-se inserido. Dito de outra forma, a reprodução biológica e social do núcleo familiar está diretamente relacionada aos recursos materiais disponibilizado no âmbito público ou no privado, bem como na sua interação num projeto societal no qual se formam os cidadãos.

Narrativa 2:

"Desanima ver as pessoas ganhando mais nos Estados Unidos. A gente tem vontade de ir pra lá também. Dá medo, mas a gente não pensa muito nisso. Nós queremos chegar lá para trabalhar, ganhar nosso dinheiro e vir embora¹⁶", diz Marcos.

Narrativa 3:

"Geralmente as pessoas que saem da cidade em busca de outros países são jovens de até 30 anos de idade, com segundo grau completo, que têm empregos com remuneração baixa, e que pertencem às classes "C e D", revela o delegado da Polícia Federal Marinho Silva Rezende Junior.

Narrativa 4:

"São dois anos e três meses. A saudade é forte". "Eu posso vencer e não vou voltar antes" diz Jonas. O objetivo é juntar dinheiro para garantir o futuro dos filhos. Mas... "É muito difícil se sustentar com 20 horas de trabalho. Para não terem problemas com a imigração, arrumamos dois ou três empregos diferentes".

Comentário do repórter: o Brasil que escolheu cruzar as fronteiras e muitas vezes viver sem cidadania, sem família, sem referência, é facilmente encontrado em Londres. O goiano Jonas Belo dos Santos, de 45 anos, está há dois anos longe da família. Ele divide o tempo entre dois empregos: de pintor e de faxineiro. Funções que ele foi obrigado a aprender. As horas de trabalho chegam a 15 por dia. São mais duas no metrô e no ônibus para chegar em casa. O descanso? Quatro horas por noite. Isso, sem falar na saudade.

¹⁶ Segundo o Banco Central, em 2004, 65% das remessas de dinheiro advindas de brasileiros residentes em outros países, vieram dos Estados Unidos, o que corresponde a US\$ 1,5 bilhão. Deste total, só para Governador Valadares foram US\$ 10 milhões. Na cidade, bairros inteiros foram construídos com remessas de imigrantes. Disponível em: www.globo.com/globoreporter. Acesso em: 29.07.2005.

Narrativa 5:

"Eu já tentei de todas as formas conseguir um trabalho decente no Brasil. Acho que lá eu tenho mais oportunidade", diz a garçonete Anna Beatriz Mariotini. Bem de perto, o sonho de ganhar a vida lá fora tem cores e contornos que não se vêem no cartão postal. Risco que não se enxerga à distância. "Eu não tenho medo de trabalho, desde que eu possa sustentar a mim e a minha filha e dar a ela uma vida melhor do que a que eu estou dando hoje". "Se aqui no Brasil eu limpo banheiro, o chão e a cozinha e agüento pessoas que já passaram da conta, qual é o problema de fazer isso lá?", diz Anna Beatriz.

Narrativa 6:

"Nós não encontramos brasileiros que ficam ricos. Eles melhoram de vida, conseguem um fundo econômico para comprar ou reformar uma casa. Isso colocado no contexto de uma ou outra cidade acaba gerando uma ilusão de progresso. Mas, na verdade, nós não encontramos uma possibilidade de enriquecimento".

Narrativa 7:

"Nunca tinha pegado numa pá. Estou até hoje com dor na coluna. Cheguei até a chorar, quase desisti. Se não fossem as despesas da minha mãe, que tomou dinheiro emprestado... Mas tenho que pagar US\$ 7 mil. Até saldar essa dívida, estou praticamente preso aqui", diz Fabiano. "Já cansei de dormir com a barriga vazia, com vergonha de pedir comida aos meus primos. Aqui, cada um é cada um – não tem essa de família (...) o que mais dói é ter deixado para trás a mulher dele, Patrícia. Quando a saudade aperta, choro mesmo, não tem outra saída. Nunca imaginei que gostasse tanto dela. Eu era feliz no Brasil e não sabia", constata Fabiano.

3.3 Família e algumas narrativas

A família possui necessidades materiais que garantam a sua reprodução biológica, assim como a reprodução social ligada a um projeto social no qual o núcleo familiar encontra-se inserido. Dito de outra forma, a reprodução biológica e social do núcleo familiar está diretamente relacionada aos recursos materiais disponibilizados nos âmbitos públicos ou privado, bem como na sua interação num projeto societal no qual se formam os cidadãos. Nesse sentido, entende-se por família “um fato cultural”, historicamente condicionado, que não se constitui, a priori, em um “lugar de felicidade” (MIOTO,1997, p.115), mas quando este locus se apresenta contraditório e quando as necessidades biopsicossociais não podem ser atendidas a possibilidade da emigração e da ruptura destes vínculos se faz uma alternativa real.

A emigração nestes casos pode sinalizar a ausência de espaços sociais por parte de um dos membros do núcleo familiar em conseguir ter vida própria. A família que têm emigrados mostra não só os seus limites, mas evidencia, também, que na comunidade pode haver dificuldade na promoção de espaços de construção da vida. As narrativas que seguem se caracterizam pela apatia e pessimismo generalizado; traduzem um “vivendo lá”, muitas vezes, em função de familiares ausentes em detrimento das alegrias da vida. “A cada dia que passa a preocupação aumenta”. Ficamos muito preocupados e chocados com uma coisa dessas (...) estamos dormindo pouco porque a preocupação com os parentes que estão lá fora é muito grande, nossa família não é mais a mesma. Diz Maria do Socorro Araújo, que tem uma irmã e o marido nos Estados Unidos¹⁷.

¹⁷ A dinâmica dos núcleos familiares e as relações que estes estabelecem internamente entre seus membros, ou externamente com a sociedade civil e o Estado, sofrem influências do contexto histórico em que estão inseridos. Desta forma, a configuração das relações familiares na atualidade em contraposição às da família tradicional vem sendo forjada. A partir das “mudanças no mundo do trabalho, com a dissociação família e empresa, os

A família tem uma atuação estratégica no desenvolvimento biopsicossocial do ser humano, onde as necessidades de amparo e aconchego são essenciais. A relevância de abordar um tema como o suporte familiar para o indivíduo migrante se sustenta justamente no reconhecimento do seu caráter de “instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade oportunizando uma melhor qualidade de vida para o grupo familiar” (BILAC, 1995, p. 43).

Nesse sentido, a decisão de emigrar pode ser a pista para explicitar o sentido de buscar um “lugar de felicidade longe de casa”.

A decisão de emigrar tem, para a maioria das pessoas, um duplo significado: em primeiro lugar, ruptura com sua história, seja individual, seja coletiva; é o abandono do “conhecido” representado não apenas pelos vínculos familiares, de vizinhança, de histórias de vida, mas também o domínio de técnicas de trabalho adquiridas através de gerações. Neste percurso, o desconhecido é justamente a vida urbana, a chegada a um espaço novo que nega na sua cotidianidade, aquele passado, ao mesmo tempo em que coloca obstáculos enormes à entrada

indivíduos conquistaram na família autonomia e o reconhecimento de uma vida privada individual” (PROST, 1997). No Brasil, até a década de 1970, o padrão de núcleo familiar ainda permanecia próximo ao tipo tradicional burguês – o homem cabeça da família, a mulher como suporte de reprodução, e os filhos, em média 6,3 por casal, eram a segurança de uma velhice protegida para os pais (o chamado contrato implícito entre gerações). A partir dos anos 1980, influenciada pelo modelo econômico adotado pelo governo brasileiro, que vem pauperizando materialmente a população, mas também pelo avanço das tecnologias médicas que aumentaram a expectativa de vida das pessoas, a instituição família tem sofrido algumas alterações. Embora ainda há o predomínio das famílias tipo nucleares no Brasil - pai, mãe e filhos – foi verificado uma queda acentuada nesse padrão de organização familiar. Em contra partida houve um aumento significativo das famílias monoparentais com predominância das mulheres como chefes de família (1981/14,6% de famílias monoparentais – 1989/ 16,8%). Por outro lado, em decorrência do aumento dos divórcios e das separações entre casais, estão aumentando as famílias recompostas. Ver em: PROST, 1997, p.116.

numa nova ordem cultural. O desemprego aberto ou disfarçado, a proliferação de formas espaciais precárias, como favelas, as periferias-dormitórios, enfim, a reprodução tanto como indivíduo como classe envolta num círculo de luta pela sobrevivência é o que espera parte substancial dos migrantes e que geralmente se perpetua através de gerações. Em seguida, e na sua essência, o fenômeno migratório - esta decisão individual de mudança - representa transformações por dentro, no papel desempenhado por populações no processo produtivo: a mobilidade espacial da população é o primeiro sinal de sua transformação em força de trabalho, sua inserção efetiva nas relações contratuais onde os vínculos sociais passam a ser regulados prioritariamente por mecanismos econômicos.

Assim sendo, o rearranjo em novas bases da relação social pela mudança em direção às cidades modifica a exploração sem suprimi-la. É esta transformação que, muitas vezes, escapa da percepção individual, mas contém na sua essência o germe da mudança radical do lugar social ocupado pelo indivíduo: a urbanização da população, sua transformação em força de trabalho, o processo de formação e de consolidação de novas classes sociais mesmo quando processos de exclusão da lógica dominante continuam a se reproduzir no ambiente de destino das correntes migratórias.

É importante esclarecer que a decisão de migrar é sentida e percebida individualmente como uma decisão isolada, estendendo-se no máximo para uma rede familiar restrita (casal e filhos) podendo alcançar família extensiva (várias famílias nucleares). Entretanto, há uma lógica maior que cria esta situação. A leva de migrantes aparece em momentos precisos onde a sociedade e a economia estão passando por transformações profundas das quais a migração é o sintoma mais evidente. Assim sendo, quase sempre a decisão de migrar significa deixar para trás referências de vida que garantem identidade, como bem evidenciam as narrativas acima.

Os novos desafios, as novas exigências de vida significam sempre a possibilidade de ascensão social, ao

contrário daquele que fica, e que, no geral, permanece no mesmo patamar da estrutura social. É fato conhecido a precariedade de infra-estrutura social coletiva (saúde, educação, lazer, etc.) nos municípios das áreas deprimidas, sejam elas do interior ou dos grandes centros urbanos do Brasil, caracterizando territórios com baixos potenciais de mudança e crescimento. É justamente por isso que mesmo com a ascensão social nos lugares de destino das correntes migratórias não há um desenvolvimento imediato nas regiões de origem. O desenvolvimento tem maior possibilidade de ocorrer, sobretudo, quando visto a partir de trajetórias de vida ou mesmo geracionais.

A mobilidade horizontal, refletida na transferência do campo para a cidade, de cidades menores para um grande centro econômico, induzirá novas aspirações, expectativas, que terminam por provocar movimentos verticais, mesmo que sejam marginais, nos lugares ocupados pelos migrantes nas suas coletividades de origem. Cada imigrante tem a ilusão de dominar o próprio projeto, e de qualquer maneira, pretende apoiar-se no fato que é ancorado à cultura, aos recursos e às premissas de origem; todavia, o emigrante nunca considera suficientemente com antecedência, que podem acontecer mudanças consigo mesmo e com o projeto no decorrer do percurso.

A dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho evidencia uma dimensão do círculo vicioso acima referido: a expectativa de emigrar. Sair torna-se uma forma de buscar longe da própria região ou país novas oportunidades de vida e de trabalho

Três adjetivos ilustram bem o panorama atual das migrações: elas são cada vez mais intensas, diversificadas e complexas. Intensas, pois o número de migrantes que cruzam as fronteiras e percorrem as estradas, em todo o mundo, tem aumentado de ano para ano. As causas do aumento são muitas e as mais variadas. Entre elas destacam-se as transformações ocasionadas pela economia globalizada, como vimos acima, as quais levam à exclusão crescente dos povos do Terceiro Mundo e sua luta pela sobrevivência; os movimentos marcados por

questões étnico-religiosos; a urbanização acelerada, especialmente nos países periféricos; a busca de novas condições de vida nos países centrais; questões ligadas ao narcotráfico, à violência e ao crime organizado; os movimentos vinculados às safras agrícolas, aos grandes projetos da construção civil e aos serviços em geral.

Os deslocamentos humanos são também cada vez mais diversificados. Mudou o rosto das migrações. Verifica-se, por exemplo, uma feminilização do fenômeno migratório em quase todos os movimentos em curso. Dos países pobres para os países ricos prevalece a migração de jovens em busca de melhores condições de vida. No caso da urbanização, famílias inteiras trocam o campo pela cidade, atrás dos benefícios que a zona rural não oferece. Já as levas de refugiados políticos e econômicos arrastam consigo toda uma população em fuga, procurando escapar dos conflitos armados ou da miséria e da fome. Além disso, embora por motivações distintas, migram pessoas de todas as classes sociais. Uns emigram em busca de trabalho especializado, enquanto a maioria parte por motivos de estrita sobrevivência.

Finalmente, as migrações são cada vez mais complexas. Diversos fatores dão conta dessa nova complexidade da mobilidade humana, em âmbito mundial. Podemos sublinhar, entre outros, o fato de os fluxos migratórios não terem mais origem e destino determinados. O que se verifica é um vaivém mais ou menos desordenado, em todas as direções. Não poucos migrantes têm mais de uma origem, outros migram por etapas, para depois retomarem o caminho de volta. Enfim, os migrantes acumulam em suas experiências várias saídas e várias chegadas, numa tentativa constante e praticamente inócua de se fixar definitivamente em um só lugar. As trajetórias se repetem, torna-se difícil distinguir idas e vindas. Cada chegada converte-se em novo ponto de partida. A fixação vira uma miragem sempre distante e nunca alcançável.

Não é sem razão que muitos autores falam de migrações pendulares, temporárias, rotativas, circulares, enfim, de um

permanente vaivém atrás de uma sobrevivência que sempre parece escapar pelos dedos. Nesta perspectiva, o conceito de migração ganha novos horizontes para dar conta de um imenso exército de desempregados e subempregados que praticamente vivem acampados. Ao menor sinal de abertura de novos postos de trabalho os trabalhadores e as trabalhadoras de todos os cantos acorrem aos milhares, disputando poucas vagas.

Considerações Finais

Neste contexto, os fenômenos das migrações precisam ser vistos na sua ambigüidade: como fluxo de mão-de-obra a serviço dos interesses da nova ordem econômica mundial mas também como uma estratégia de sobrevivência daquelas pessoas com poucas chances de se inserirem no mercado de trabalho nos países de origem. Depois de viver anos cercado de problemas financeiros e com diversas dificuldades o indivíduo toma a decisão que parece ser a sua última alternativa para escapar do prognóstico da miséria. Assim, escolhe abandonar a sua terra natal, onde estão suas raízes, para buscar melhores condições de vida em terras estrangeiras.

Pela análise dos diferentes planos (sócio, econômico e normativo), verifica-se uma mudança no sentido de compreender a atual sistemática de migrações. O caráter, hoje, da migração é ser transitório, o migrante já não se destina ao outro Estado com ânimo definitivo, ele vai, na maior parte das vezes, com clara intenção de retornar.

Destarte, a análise aqui apresentada tem por base a sociedade brasileira, na qualidade de espaço de origem de emigrantes, associada as manifestações da questão social no que tange às relações de trabalho ou de emprego, educacionais, de saúde, de serviços sociais básicos, entre outras, sempre tomando como parâmetro de referência os valores ínsitos à idéia da dignidade e necessidade da pessoa. Entendemos, portanto, que além das características próprias de uma determinada sociedade, as regras jurídicas, especialmente se enfocadas a partir da visão

dos direitos humanos, constituem também importantes fatores que podem implicar na inclusão ou na exclusão social do migrante.

Bibliografia

ACKERMANN, Bruce. *El Futuro de la Revolución Liberal*. Barcelona: Ariel, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.

BEOZZO, José Oscar. *Brasil 500 anos de migrações*. São Paulo: Paulinas, 1992.

BILLAC, Elisabete Dória. *Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil*. In: RIBEIRO, Ivete. RIBEIRO, Ana Clara. (org). *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

CASTEL, Robert. *Propriété prive, propriété sociale, propriété du soi*. Paris: Fayard, 2000.

_____. *As metamorfoses da questão social: uma crônica dos salários*. Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. *O fim do milênio. Volume 3*. São Paulo: Paz e terra, 1999.

COLEMAN, James. *Foundations of social theory*. Cambridge, Mass: Harvard university press, 1990.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social. Propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.

EUZÉBY, Alain. *Proteção social, pilar da justiça social*. In: SPOSATI, Aldaíza (org.) *Proteção Social e Cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal*. São Paulo: Cortez, 2004.

FELDMAN-Bianco, Bela, *Globalização, Nação e Diáspora: incorporação de transmigrantes na criação de nações desterritorializadas*. In: FELDMAN-BIANCO, Bela e CAPINHA, Graça (org.), *Identidades, Estudos de Cultura e Poder*. São Paulo: Hucitec 2000.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

HARDT, Michael; NEGRI Antonio. *O império*. 4ª ed. São Paulo: Record, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. Censo Demográfico 2000. *Migrações e deslocamento: resultados da amostra*.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada. Relatório PNAUD 2003. Brasil. 2003

KELSEN, Hans. *La Idea Del Derecho Natural*. Buenos Aires, Losada, 1946. *Teoria General Del Estado*. México, Editora Nacional, 1959. *Teoria Pura do Direito*. Coimbra: Armênio Amado, 1962

LEN, Doyal; GOUGH, Ian. *A Theory of human need*. Lodon: Macmillanuk, 1991.

MARTINO, Renato R. *Serwing the Human Family*. New York, UN: The Holy See at Major United Nations Conference, 1997.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Família e Serviço Social. Contribuições para o debate*. Serviço Social e Sociedade n.55, p.114-130. Rio de Janeiro: Cortez, 1997.

MEIHI, José Carlos Sebe Bom. *Brasil fora de si – Experiências de brasileiros em Nova York*. São Paulo: Parábola, 2003.

NEWTON, Kenneth. *Social capital and democracy. American Behavioral scientist*. Piracicaba: Gráfica e Editora de Gaspari, 1997.

PEREIRA, Potyara. *A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais*. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 1 – *Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, 1999.

PROST, A; VICENT, G. *História da vida privada*. In: MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Família e Serviço Social. Contribuições para o debate*. Serviço Social e Sociedade n.55, p.114-130, Rio de Janeiro, Cortez, 1997.

RIBEIRO, Ivete. RIBEIRO, Ana Clara. (org.) *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 1995.

SCALON, Maria Celi. *Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências*. Rio de Janeiro: Renan, IUPERJ/UCAN, 1999.

SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

STIGLITZ, Joseph. *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura, 2002.

ZAMBERLAM, Jurandir. *O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização*. Porto Alegre: Palloti, 2004.

_____, Jurandir; CORSO, Giovanni. *Percepção do fenômeno migratório em cidades das dioceses do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Renascença, 2004.